

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____ DE 2008

(Da Senhora Rebecca Garcia)

Solicita ao senhor Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, informações referentes à consolidação e a qualificação da rede de saúde mental

Senhor Presidente:

O periódico “Folha de Pernambuco” publicou informações sobre a realidade das instituições psiquiátricas no País. Em suas páginas foram publicadas a história de Antônio Carlos Ferreira Gonçalves, 45 anos, que passou quase a metade da vida em hospitais psiquiátricos. Esquizofrênico, foi internado pelos pais pela primeira vez aos 18. Ele conta na matéria sobre sua vida, sua estada, um ambiente degradante e permanecendo dopado. Hoje, Antônio Carlos está no 3º período de direito, em uma faculdade particular de Teresina (PI). O curso não foi escolhido à toa: Seu desejo é de lutar pela causa dos doentes mentais. E a principal bandeira é o fim do preconceito, com a ressocialização dos pacientes.

O estudante só foi melhorar quando passou a freqüentar a Âncora, associação de usuários, familiares e amigos de portadores de deficiência mental do Piauí. Lá, participou de grupos de apoio e oficinas culturais. Com os remédios e a psicoterapia, conseguiu voltar do limbo onde mergulhou quando vivia sedado e trancado no hospital.

O que podemos inferir é que a luta de Antônio Carlos é a mesma de psicólogos, psiquiatras e usuários que, há 20 anos, começaram a mobilizar governo e sociedade contra a internação em manicômios. Mais do que uma questão de saúde, afirma a psicóloga Elisa Zaneratto Rosa, conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), trata-se de uma briga por direitos humanos. Para ela, as instituições têm um histórico de mortes, maus-tratos e violações. Além disso, a morte de um doente mental, em 2006, rendeu ao Brasil uma condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, tribunal da OEA.

Em 2001, a reforma psiquiátrica virou lei no país. Os hospitais fecharam as portas dando lugar a uma rede de atenção psicossocial, que inclui centros de atendimento, ambulatórios, residências terapêuticas e leitos em hospitais gerais. De 2001 a 2006, houve redução de quase 12 mil leitos de manicômios. Hoje, os hospitais psiquiátricos são 226 em todo o país, com 39,5 mil leitos. Representa uma conquista muito grande, mas o ideal é acabar com todos os leitos.

Casos escabrosos marcam a história dos manicômios brasileiros. Um dos mais conhecidos é o de Damião Ximenes Lopes, que morreu em 4 outubro de 1999 na Clínica de Repouso Guararapes, em Sobral (CE). Três dias antes, ele havia sido levado à casa de repouso pela mãe, Albertina Ximenes, que foi visitá-lo no fim de semana, mas foi informada de que Damião, 30 anos, não estava em condições de

receber visitas. Mesmo assim, ela entrou na clínica e deparou-se com o filho em estado deplorável.

Segundo relatos, ele havia sido impiedosamente espancado, estava com as roupas sujas e rasgadas, as mãos amarradas para trás, e seu corpo coberto de sangue. Cheirava a sangue coagulado, a fezes e urina. Considerado dócil e pacato por amigos e vizinhos, Damião morreu por "parada respiratória", causa contestada pelos familiares, que denunciaram o caso a diversas entidades. A morte do doente mental rendeu ao Brasil, em 2006, a condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, tribunal máximo da Organização dos Estados Americanos (OEA). Contra o país, foram alegadas violações ao direito à vida, à integridade pessoal, às garantias judiciais e à proteção judicial, princípios da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, documento do qual o Brasil é signatário.

A história de Damião Ximenes não foi exceção. Há sete anos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou o livro "A instituição sinistra: mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil", no qual relata diversos casos semelhantes. Em 2006, o CFP e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitaram hospitais psiquiátricos e publicaram um relatório no qual denunciam as péssimas condições dos manicômios de todas as regiões do país.

Diante do exposto senhor José Gomes Temporão, senhor Ministro da Saúde, solicito as seguintes informações referentes à consolidação e a qualificação da rede de saúde mental:

- 1 – Os pacientes têm tido atendimento nos hospitais gerais ou existe preconceito na prestação dos serviços psiquiátricos nestes locais?
- 2 – Como é a qualidade dos serviços substitutivos às internações, uma vez que o município adote o fechamento do hospital psiquiátrico local?
- 3 – Uma vez encerrados os serviços para pacientes psiquiátricos nos municípios com hospitais públicos de referência, houve a instalação de CAPs (Centros de Atendimento Psicossociais) que funcionem vinte quatro horas ininterruptas para atendimentos de urgência?
- 4 – Como está funcionando a distribuição de medicamentos para os pacientes com Transtornos Mentais no Estado do Amazonas??
- 5 – Quais serviços substitutivos estão implantados no Estado do Amazonas?

Sala das Sessões, 02 de Março de 2008

Deputada Rebecca Garcia (PP/AM)